



## CÂMARA CASCUDO E JOSUÉ DE CASTRO - UM DIÁLOGO SOBRE A EPISTEMOLOGIA DA ALIMENTAÇÃO

### CÂMARA CASCUDO AND JOSUÉ DE CASTRO - A DIALOGUE ABOUT FOOD EPISTEMOLOGY

Adriana Salay Leme\*

**Resumo:** Esse artigo pretende, a partir das cartas trocadas entre Luís da Câmara Cascudo e Josué de Castro, olhar a formação epistemológica na pesquisa sobre alimentação em dois campos de estudo que estavam ainda incipientes no Brasil na primeira metade do século XX - respectivamente o folclore, ou a etnografia histórica e a nutrição. As correspondências, de conteúdo inédito, são utilizadas para jogar luz sobre a vida e obra de cada autor, delimitar suas áreas de atuação e os termos utilizados em seus textos. Entende-se que a formação de um autor tem trocas e diálogos com outros personagens e áreas do conhecimento que nem sempre ficam explicitadas na sua produção. Assim, é oportuno investigar como se deu a construção do pensamento de cada um dentro de um momento maior de debates sobre a identidade do Brasil.

**Palavras-chave:** Câmara Cascudo. Josué de Castro. Alimentação

**Abstract:** This article aims, from the letters exchanged between Luís da Câmara Cascudo and Josué de Castro, to look at the epistemological formation in food research in two fields of study that were still incipient in Brazil in the first part of the twentieth century - respectively the folklore, or historical ethnography and nutrition. Correspondences, of unpublished content, are used to shed light on the life and work of each author, to delimit their areas of activity and the terms used in their texts. It is understood that the formation of an author has exchanges and dialogues with other people and areas of knowledge that are not always explicit in their production. Thus, it is opportune to investigate how the formation of the thought of each one took place in a bigger moment of debates about the identity of Brazil.

**Keywords:** Câmara Cascudo. Josué de Castro. food

Quando Luís da Câmara Cascudo, folclorista e percussor da chamada antropologia histórica e etnografia no Brasil, nos apresenta sua grande obra – *História da Alimentação no Brasil* – ele conta sobre sua aproximação com Josué de Castro, expoente no campo da nutrição, saúde pública e combate à fome. A intenção era escrever um livro juntos, que abordasse a alimentação brasileira de forma ampla. Porém, após algumas conversas,

\*Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo. Mestre pelo programa de História Social da Universidade de São Paulo.



perceberam que pretendiam tratar do mesmo assunto, o alimento, mas a partir de duas óticas distintas, um do viés da comida e outro da fome (2011, p. 11):

Andei uma temporada tentando Josué de Castro, em conversa e carta, para um volume comum e bilíngue. Ele no idioma da nutrição e eu na fala etnográfica. O anjo da guarda de Josué afastou-o da tentação diabólica. Não daria certo. Josué pesquisava a fome e eu a comida. Interessavam-lhe os carecentes e eu os alimentados, motivos que *hurlaient de se trouver ensemble*.

Potiguar, nascido no final do século XIX, em 1898, Luís da Câmara Cascudo teve uma trajetória de vida distinta do amigo pernambucano. Apesar de ter cursado um curto período de Medicina, Cascudo frequentou a Faculdade de Direito de Pernambuco. Filho da aristocracia<sup>1</sup>, Cascudo não deixou de circular nesse meio, criando uma obra ao mesmo tempo popular e erudita. Pesquisador assíduo do folclore brasileiro, fundou a Sociedade Brasileira de Folclore em Natal, em 1941, e é autor de uma extensa obra que olha para o cotidiano da população brasileira e suas manifestações culturais. Sua pesquisa etnográfica abrange uma grande diversidade de fontes, de depoimentos a relatos de viajantes coloniais. A intencional falta de amarras acadêmicas forma essa bricolagem (POULAIN, 2012, p. 228), que, se por um lado nos dá enorme quantidade de informações, também pode ser vista como um das grandes questões delicadas de sua obra, já que todas essas fontes são tratadas como similares.

Josué de Castro também o menciona nos agradecimentos da publicação que o consagrou, *Geografia da Fome* (1946, p. 42):

a Luís da Câmara Cascudo pelas sugestões que dêle recebemos em saborosas conversas ou através de cartas mandadas do Nordeste, tratando principalmente de um projeto que os acasos da vida não nos permitiram realizar, o de escrevermos em colaboração uma história da cosinha (sic) brasileira.

Médico de formação, Josué Apolônio de Castro, nasceu no Recife, em 1908, filho de um vendedor de leite migrante do sertão da Paraíba. Tinha uma condição financeira estável, mas não pertencia à elite pernambucana. Foi internacionalmente reconhecido pelos seus estudos sobre a fome. Participou de distintas organizações de combate a ela, seja como presidente do conselho da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

<sup>1</sup> Apesar do termo aristocracia formalmente não se aplicar a esse contexto, ele é utilizado para enfatizar as dificuldades que estavam colocadas para a circulação entre as diferentes classes sociais (MICELI, 2001).



(FAO) ou da Associação Mundial de Luta contra a Fome (ASCOFAM). Castro atuou como professor e intelectual, lecionando na Faculdade de Medicina do Recife, Universidade do Distrito Federal e Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, além de outras instituições internacionais. Ele publicou diferentes obras que versam sobre alimentação e fome no Brasil. Além dos trânsitos acadêmicos, Castro manteve seu consultório no Recife e, mais tarde, no Rio de Janeiro, de 1930 até meados dos anos 1950. Ele atuou enquanto articulador de diferentes órgãos. No Brasil, participou da fundação e gerenciamento, enquanto quadro do governo Getúlio Vargas, do Serviço Técnico de Alimentação Nacional (1942-1945), Instituto de Tecnologia Alimentar (1944) – depois incorporado pela Universidade do Brasil em 1946 – e do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), criado em 1940 e extinto em 1967. Mais tarde foi a vez da Comissão Nacional de Alimentação (1945-1972) e do Instituto Nacional de Nutrição (1946) (BARROS; TARTAGLIA, 2003, pp. 109-121). Em 1954 elegeu-se deputado federal por Pernambuco pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo reeleito em 1958 como o deputado mais votado do Nordeste. Em 1962, renunciou ao mandato para ser embaixador do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU).

Quem conhece os dois autores não imagina quão próxima parece ter sido essa relação intelectual. Apesar das nítidas diferenças de suas bases de estudo, os dois aparentemente mantiveram contato maior do que suas obras nos mostram. Essa conclusão se dá depois de analisar as cartas trocadas entre eles e que estão disponíveis no Instituto Câmara Cascudo, em Natal, e na Fundação Joaquim Nabuco, no Recife. Pretende-se, nesse artigo, a partir destas correspondências, olhar a formação epistemológica na pesquisa sobre alimentação em duas áreas de estudos que estavam ainda incipientes no Brasil - a nutrição e a etnografia.

Neste período analisado, primeira metade do século XX, apesar do aprimoramento dos meios de comunicação e de transporte, a carta ainda era um mecanismo amplamente usado para a troca de ideias, para falar com quem estava longe. As escritas de si, nos termos de Angela de Castro Gomes, têm uma particularidade - “a prática epistolar é eminentemente relacional” (2004, p. 19). O conteúdo, como veremos, mostra intimidade e informalidade, diferente das cartas oficiais e públicas que aparecem em ambos os acervos para outros remetentes. Uma conversa escrita que prevê um lugar de sociabilidade para a aproximação.



Aqui, a ótica leva em consideração que a alimentação tem uma história cultural e social que se transforma e é interpretada pelo seu próprio tempo, diacronicamente (ELIAS, 1982). Os estudos sobre os hábitos alimentares da população não são exclusivos desse período, mas sim a forma como seus objetos são observados e reinterpretados. O que estava sendo proposto respondia às questões de seu período. Neste caso, havia uma profusa produção internacional que analisava os hábitos alimentares da população a partir dos paradigmas da nutrição – a racionalização da alimentação. Esses estudos deram base para uma série de publicações científicas nacionais e permitiram uma compreensão mais detalhada da ingestão e, conseqüentemente, do que não era ingerido (LIMA, 2000) .

De outro lado também havia, atrelado ao surgimento de novas ciências como a Sociologia, um aumento considerável da pesquisa do cotidiano da população e suas formas de vida (SPRANDEL, 2004). Portanto, é preciso entender quais eram os pressupostos compartilhados nesse momento e que permitiram que até as posições mais heterodoxas ou “inovadoras” carregassem uma ortodoxia de assuntos socialmente aceitos (BOURDIEU, 1974, p. 207). Se alimentação era um tema importante para os cientistas que estavam estudando fisiologia ou a nova ciência da nutrição, olhar para o Brasil para além da chave eugênica se tornou predominante em trabalhos de intelectuais e literatos no período que vai dos anos 1930 até a Segunda Guerra Mundial. Havia um grupo de intelectuais pensando os pressupostos básicos do debate no qual os autores em questão, Castro e Cascudo, estavam inseridos. Nesse sentido, estes são, também, sintomas de um fenômeno maior que iremos observar ao longo desse artigo.

### **Interpretações do Brasil**

Em 1663, o padre Simão de Vasconcelos, em *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, disse presenciar nas terras portuguesas da América um “espanto da natureza”, tamanha a grandiosidade da oferta que ela fornecia, que seria comparada apenas com o paraíso da terra em que Deus pôs o pai Adão (LISBOA, 1865, p. 191). A imagem edênica está presente em muitas cartas de viajantes europeus às terras portuguesas e tem sua forma mais completa no que é considerado o primeiro livro de história escrito em terras luso-americanas e conhecido por aqui, o *História da América Portuguesa*, de Rocha Pita,



publicado em 1730. Nele, Rocha faz um verdadeiro hino ufanista, nas palavras de Silvio Romero, e não esconde que escrevera para a glória da pátria (ROCHA PITA, 1730, pp. 3-4):

Em nenhuma outra região se mostra o céu mais sereno, nem madrugada mais bela a aurora; o sol em nenhum outro hemisfério tem raios tão dourados, nem os reflexos noturnos tão brilhantes; as estrelas são mais benignas e se mostram sempre alegres; os horizontes, ou nasça o sol, ou se sepulte, estão sempre claros; as águas, ou se tomem nas fontes pelos campos, ou dentro das povoações nos aquedutos, são as mais puras; é enfim o Brasil Terreal Paraíso descoberto, onde tem nascimento e curso os maiores rios; domina salutaríssimo clima; influem benignos astros e respiram auras suavíssimas, que o fazem fértil e povoado de inumeráveis habitantes.

Seu ufanismo se tornou cânone para obras posteriores, carregando o ideal do paraíso terrestre. Esse ganhou mais espaço no Romantismo e perdurou o período imperial, pelo menos para o público letrado. Tal imagem permanece forte no senso comum até os dias atuais, mesmo que tenha concorrido com outras interpretações propostas na literatura e imprensa, como veremos, ou em outras formas de expressão cultural, como música e artes plásticas. Ao que nos interessa, é pertinente frisar que o imaginário coletivo em torno do lugar edênico era o espaço da abundância, onde a fome não existia.

A visão idílica do Brasil tem sido revista há muito tempo, e pesquisas apontam para a questão da carestia durante o período colonial e imperial no território brasileiro. Maria Yedda Linhares é pioneira nessa área e atribui a fome no Brasil entre os séculos XVIII e XIX a três motivos: em primeiro lugar, as causas naturais e em segundo, o foco na agricultura exportadora. A prevalência pelo interesse no comércio externo gerava um déficit na produção para subsistência. Por fim, as dificuldades encontradas pelo produtor para a comercialização de gêneros alimentícios (1979).

Do ponto de vista da construção dos hábitos alimentares é importante citar autores como Carlos Alberto Dória (2014) e Paula Pinto e Silva (2005), que desenvolveram, nos últimos anos, trabalhos minuciosos sobre a formação do repertório alimentar no território nacional que vão além da dicotomia fome e fartura. Eles propõem uma pesquisa de etnografia histórica que leva em consideração as diversas camadas sociais e as diferenças de consumo regional, evocando elementos como as farinhas de milho ou mandioca, feijões e carne-seca. Porém, o ponto de debate do artigo não é retomar a discussão de como se dava, afinal, o comportamento alimentar colonial. A questão abordada é mostrar a construção sobre um pensamento que se fez sobre esse período - a noção idílica do Brasil - e sua posterior



contestação que pautaram muitos dos trabalhos na primeira metade do século XX. Em outras palavras, a fome não é um produto do século XX, mas não era, contudo, objeto de estudo em proporções significativas antes dos anos 1930 e 1940 como um problema coletivo e estrutural. Ela se torna um tema válido justamente pela contraposição do que tinha sido produzido até então.

Está claro que o abastecimento e o acesso aos alimentos não eram homogêneos, podendo variar por região, período, e nível sócio-econômico ao qual pertencia o núcleo social em questão. Foge em muito do imaginário edênico coletivo plantado e também da carestia completa. Sem os mecanismos adquiridos na virada do século XIX para o XX para a medição da condição nutricional da população, a qualidade da alimentação pode ser verificada por outros caminhos, por exemplo, os estudos sobre abastecimento e preços, as revoltas populares, os desastres naturais ou as doenças associadas à alimentação.

Em 1865, Manuel Gama Lobo, médico, escreveu um artigo no *Anuario Brasiliense de Medicina* no qual associou algumas doenças das pessoas escravizadas à alimentação, algo pioneiro para a época. No texto, ele aponta que, em fazenda generosas, a ração dos escravos era constituída de feijão com angu e uma quarta parte de carne-seca uma ou duas vezes por semana, quando muito, para sua alimentação. Em outras, se dava de ora feijão com angu com pequena quantidade de toucinho, ora abóboras cozidas com angu. A ingestão insuficiente de alimentos seria a responsável por gerar doenças e causar mortes precoces nessa população (OLIVEIRA, 1950, p. 2).

Sem a possibilidade de uma dieta adequada, muitas vezes os subalimentados, escravizados ou não, tinham hábitos que eram malvistas, tidos como reflexos de má educação. Um anúncio de fuga de uma mulher escravizada do século XIX dizia (in FREYRE, 1979, p. 158):

Cândida, nação Angola, idade de 18 a 20 anos, estatura ordinária, 'olhos na flor do rosto' bastante magra, com bastantes verrugas em uma perna', fugiu da casa de Dona Mariana da Piedade, levando 'uma mordça de folha de flandres na boca fechada com um cadeado'.

A mordça era comumente colocada para evitar que os escravizados pudessem roubar frutas do pé, roer as paredes de cal ou comer terra, ações frequentes em algumas fazendas. O hábito foi inclusive narrado como corriqueiro entre as crianças, filhas de donos de engenho, por Henry Koster, em viagem ao Brasil em 1817. Na época ele atribuiu o costume ao convívio



com os africanos, que teriam lhe ensinado o vício, mas hoje sabemos que ele acontece pela necessidade de cálcio do corpo. Assim, nota-se que a fome esteve presente nesses territórios muito antes do século XX. O objetivo aqui não é quantificá-la ou determinar sua abrangência na América portuguesa e mais tarde no Brasil, e sim mostrar que ela se fazia presente. Como apontou Carlos Alberto Dória, “o que marca a dinâmica alimentar colonial é o espectro da fome, e não cenário idílico, paradisíaco, da oferta ilimitada” (2014, p. 72).

Mas o cotidiano da população não virou objeto de pesquisa - acadêmica ou não - apenas pelo lado da ausência. Na esteira do descrédito da teoria eugênica e da imagem idílica como condutores de uma história brasileira se deu uma série de discussões. O mapeamento dos hábitos e do universo popular tornou-se tema de inúmeros trabalhos durante o mesmo período. Era preciso contar a história desse país através de outras chaves interpretativas e os hábitos alimentares passaram a ser elementos importantes do que nos constituía e também nos diferenciava das outras nações. Para que haja um entendimento da questão, é preciso olhar o movimento maior das produções literárias no Brasil desde o século XIX. Em 1822, quando aconteceu a independência, não havia compreensão do que era esse território, a recém-desgarrada colônia portuguesa que não tinha construído um sentimento de unidade nacional.

Ao longo do século XIX, houve um grande esforço para que se constituíssem os elementos de uma identidade brasileira, era preciso contar uma história comum. Segundo Patrick Geary, esse esforço se deu em três momentos – o primeiro foi a apropriação de elementos do cotidiano, como língua, cultura e hábitos, pelos intelectuais, o que pode ser traduzido em estudos na tentativa de uma sistematização daquele povo. No segundo momento esses estudos foram usados para a propagação de ideias nacionais por um grupo de patriotas e depois, no último estágio, esse movimento atingiu seu ápice (2005, p. 22). Esse movimento também está vinculado com o distanciamento do europeu e a busca do que lhe é singular. Nesse sentido, o concurso para contar a história do Brasil feito pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838 foi emblemático e marcou o acirramento desse esforço. O vencedor, Karl von Martius, colocou como nosso grande trunfo a miscigenação: “que nossa história era na realidade miscigenada: ‘devia ser um ponto capital para o historiador reflexivo mostrar como no desenvolvimento sucessivo do Brasil se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento das três raças humanas [...]’” (SCHWARCZ, 1995, p. 47)



A noção das três raças humanas – branca, negra e amarela – não foi uma criação de Von Martius, ela já estava sendo amplamente discutida nesse período a partir de autores como o francês Arthur de Gobineau. Intimamente imbricada ao conceito de progresso, os autores entendiam que havia uma hierarquia entre as raças, uma classificação que determinava quem era civilizado e quem era bárbaro – uma justificativa usada no Brasil para a escravidão e discriminação racial. Claro que civilizado era o modelo europeu. Já que a civilização progredia em etapas, cada grupo estava em um nível de desenvolvimento, e esses “atrasos” eram justificados de inúmeras formas, mas principalmente pela raça e o determinismo geográfico (STAROBINSKI, 1989). A grande questão do momento era entender o Brasil, e a temática racial era o centro do argumento tanto para nosso atraso, como para o que nos tornava únicos – a mestiçagem. A abordagem se personifica em intelectuais como Nina Rodrigues, que estudou os negros e sua relação com a criminalidade a partir de elementos biológicos.

No século XX o discurso paulatinamente foi mudando. Principalmente a partir da Era Vargas, a mestiçagem ganhou contornos positivos. Como as obras de Gilberto Freyre, que a colocava como o ponto que diferenciava o Brasil em relação a outros países, tornando-se, na verdade, uma vantagem. Essa forma de interpretar o Brasil aparece com tanta força no livro *História da Alimentação no Brasil*, de Câmara Cascudo, que sua primeira parte é dividida em “Cardápio indígena”, “Dieta africana” e “Ementa portuguesa”. Essa discussão, em suas diferentes matizes, teve um papel central no país para o imaginário da nação como também nas diversas instituições científicas, desde o Museu Nacional até as faculdades de medicina, sendo o ponto central de pesquisa.

Dentro do debate sobre as carências alimentares, o descrédito da eugenia também teve sua importância. Se as teses raciais com contornos eugênicos foram predominantes até meados da década de 1910, depois o tema muda de tom, e o mestiço não é mais um ser inferior, inferior é sua alimentação, que não lhe permite uma capacidade plena – era preciso criar um Brasil e trabalhadores adequados à modernidade. Um forte movimento de medicalização da sociedade se inicia nesse contexto, com propostas de higienização e de correção de hábitos que estariam nas causas dos problemas brasileiros.

Assim, tendo Gilberto Freyre como um dos seus principais atores, os pensadores sociais brasileiros do período começaram a questionar, de distintas formas, tanto a imagem





idílica quanto as teorias eugênicas que hierarquizavam as raças. Aqui cabe mencionar também autores que levantaram essa problemática ainda no século XIX, como Manoel Bomfim ou na virada do século XX como Euclides da Cunha ou Edgard Roquette-Pinto, contemporâneo a Freyre. Nesse momento, ganhavam forças as interpretações científicas para entender o Brasil a partir de diferentes frentes. Na Era Vargas, boa parte desses pensadores tiveram também um papel atuante nas universidades nascentes ou nos aparelhos estatais.

Os intelectuais, que na Velha República eram recrutados principalmente pela rede de relações sociais, passaram, na Nova República, a ter como elementos importantes para seu sucesso, também, a formação universitária e o capital cultural. Sem uma definição clara do que era a atividade intelectual dessa época, a posição social como condição relevante para galgar o sucesso e boa posição continua valendo, mas o capital cultural ocupa um lugar cada vez maior nas disputas acadêmicas (MICELI, 2001, p. 79). Tais disputas vão significar ter ou não um cargo como professor, no poder executivo ou um posto como funcionário público. Aqui cabe ressaltar que a política do período teve um papel essencial no campo cultural, alçando-a como preocupação oficial e promovendo-a em diferentes esferas, encampando nesse projeto boa parte dos intelectuais, literatos e artistas.

Paralelo a essas discussões, há uma forte industrialização e urbanização no início do século XX no Brasil que traz a tona o tema do trabalho e do trabalhador brasileiro. Se a terra era generosa e fornecia tudo, como no cenário edênico apresentado, o povo não adquiria o necessário por falta de interesse ou preguiça, características bem apresentadas em personagens como o Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, ou Macunaíma, de Mario de Andrade (AZEVEDO, 2012). Porém, esse tipo de trabalhador não cabia mais na nova ordem que estava colocada no início do XX. Eram necessários homens preparados para o tempo da máquina, cada vez mais acelerado.

As demandas da modernidade não passavam ao largo da produção intelectual e artística e foram alvo, entre outros, de Gilberto Freyre. Um dos trabalhos no qual a temática se apresenta é seu discurso lido no Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo ocorrido no Recife durante o mês de fevereiro de 1926. O texto depois publicado, *Manifesto Regionalista*, atacou as reformas urbanas que estavam acontecendo em nome do progresso, principalmente no Rio de Janeiro, e valorizou as práticas tradicionais, para construção das cidades e dos hábitos alimentares (1996). Dentro dos hábitos alimentares, essa modernização



se dava, entre outras implantações, pelo direcionamento que a nutrição procurava dar. Sobre esse assunto, Câmara Cascudo tinha uma posição similar a Freyre: “para o povo não há argumento probante, técnico, convincente, contra o paladar... (CASCUDO, 2001, p. 15). Nesse sentido, mesmo adotando uma postura diferente de Josué de Castro que propunha mudanças alimentares, o foco no estudo das tradições ou uma leitura mais propositiva para uma modernidade não eram completamente opostas, elas eram diferentes alternativas para o mesmo problema - entender o Brasil.

Intimamente atrelado ao desenvolvimento industrial e à criação e consolidação das faculdades e universidades, estão o mercado editorial e a imprensa. Heloisa Pontes analisa as “Coleções Brasileiras”, das quais faz parte a obra de Castro *O Problema da Alimentação no Brasil* (1939) com base na sua tese, e mostra como esse esforço editorial também estava ligado a uma tentativa de composição do retrato de um Brasil que estava se colocando. A realidade brasileira se tornou central para as produções do período, sendo a chave interpretativa para as publicações literárias e as diferentes disciplinas nascentes – História, Geografia, Sociologia, etc (1998, p. 58). O aquecimento desse mercado acompanhou a expansão das faculdades, a implantação das universidades e a base de ensino nacional.

Entender como os autores estudados nesse artigo se relacionaram com as mudanças que estavam ocorrendo na época, em que medida fizeram parte desses novos sistemas que estavam surgindo, em quais assuntos estavam engajados e quais combatiam nos permite olhar melhor para as correspondências trocadas entre eles. Câmara Cascudo e Josué de Castro são parte desse momento e figuras ativas na composição de um retrato do país. Assim, suas missivas nos fornecem um olhar privilegiado para os debates, inclusive aqueles sobre alimentação, do período - entre as décadas de 1930 e 1940.

### **Alimentando diálogos**

A troca epistolar envolve três elementos - o sujeito que escreve, a carta em si e o sujeito que recebe. Assim, ela não é puramente uma escrita de si, mas uma escrita endereçada a um destinatário específico (GOMES, 2004, p. 19). Quando elas estão compostas por uma série, como as que estão aqui, elas podem conter uma conversa com a continuidade de um determinado assunto. Apesar desse fenômeno se fazer presente, as correspondências trocadas entre os autores em questão mostram algumas lacunas com menções sobre cartas que não



estão nos acervos. Isso nos dá uma provável seleção das missivas, algumas permaneceram e outras se perderam ao longo do caminho - das quatorze disponíveis apenas três têm ligações.

A mais antiga data de 01 de setembro de 1937 na qual Cascudo fala sobre o nome do livro *Vaqueiros e Cantadores*. E diz: “A REVISTA POTIGUAR publicará neste outubro um meu artigo sobre CAICÓ, município daqui. Ao tratar da indústria do queijo-do-Seridó na alimentação sertaneja, terminei que era assunto do Josué de Castro, a autoridade nesses temas gostosos e esquecidos” (1937a). Em 1937, Josué de Castro já tinha se tornado uma referência na área da alimentação. Defendera em 1932 sua tese para o concurso para professor de Fisiologia na Faculdade de Medicina do Recife - *O problema fisiológico da alimentação no Brasil*, além de ter realizado em 1934 o estudo - *As condições de vida das classes operárias no Recife*. Nesse segundo trabalho, Castro observou a situação de 500 famílias de trabalhadores e chegou à conclusão de que boa parte da renda era destinada à alimentação, sendo, ainda assim, insuficiente: a média de consumo calórico era de 1646 calorias, baseada principalmente em farinha, feijão, açúcar, charque, café e pão. Quase não havia o consumo de frutas, leite e seus derivados. A fome era o principal problema da população (CASTRO, 1935a). Sua pesquisa pioneira, mas não a única. Os inquéritos alimentares ganhavam fôlego no Brasil com o crescimento do interesse pela nutrição. Podemos encontrar outros estudos realizados no período, principalmente em São Paulo (RODRIGUES, 2011). Além destes, o autor publicara outros trabalhos antes de 1937 como *Alimentação e Raça* (1935b) e *Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana* (1937).

Enquanto isso, Câmara Cascudo, apesar do artigo mencionado sobre o queijo, estava mais interessado em outros temas. Na segunda carta, de 02 de setembro de 1937, Cascudo escreve (1937b):

Lá para maio ou junho do ano próximo terminarei um volume sobre folclore poético e musical dos quatro Estados do nordeste, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Tenho medo de escrever ‘folk-lore’ porque é uma palavra desmoralizada. [...] Mas, mestre Josué, o meu livrêco é folk-lore na acepção mais sériade vocabulo.

Aqui Cascudo mostra, ainda em 1937, o interesse pelo tema que nunca mais o abandonaria: o folclore. Mesmo antes da institucionalização dessa área de estudos, com inúmeras associações criadas no Brasil principalmente a partir da década de 1940, Cascudo demonstra o interesse em estudar as manifestações populares dos brasileiros como uma forma de criar uma identidade nacional. Nesse sentido, ele estava mais alinhado à perspectiva



nacionalista de Mario de Andrade do que ao regionalismo de Gilberto Freyre. Esse livro do qual fala Câmara Cascudo será o futuro *Vaqueiros e Cantadores*, nome que ele nos mostra em uma carta anterior, de 01 de setembro de 1937:

O nome é que descobri um outro que creio ser eufônico e bonito - VAQUEIROS E CANTADORES - parece livro de contos mas um sub-título esclarecerá. Demais, como V. sabe, as duas funções da atividade sertaneja durante trezentos anos, a material e a intelectual, foram o vaqueiro e o cantador.

Quando publicada, Cascudo já havia consolidado sua forma de pesquisa, característica comum nos estudos folclóricos, que aparecerá também em seus escritos sobre alimentação. Na introdução do livro, ele descreve como reuniu o material (1984, p. 15):

Reúno neste livro quinze anos de minha vida. Notas, leituras, observações, tudo compendiei pensando um dia neste “VAQUEIROS E CANTADORES”. Em parte alguma dos meus depoimentos de testemunha a imaginação supriu a existência do detalhe pitoresco. O material foi colhido diretamente na memória de uma infância sertaneja, despreocupada e livre. Os livros, opúsculos, manuscritos, confidências, o que mais se passou posteriormente, vieram reforçar, retocando o “instantâneo” que meus olhos meninos haviam fixado outrora. É o que fielmente se continha em minha alma. Dou fé.

A intenção era colocar no papel o que existia na tradição oral e para isso ele misturava diferentes tipos de fontes e suas experiências pessoais. Cascudo adotava um olhar nativo, de dentro, para produzir sua obra. Essa visão de conjunto do qual ele mesmo fazia parte aparece em textos diversos que ele começa com “Nós, o povo, acreditamos que” (GONÇALVES, 2004, p. 33). O autor era, muitas vezes, criticado por essa aparente falta de método acadêmico em suas pesquisas. Tanto que, durante sua vida, passou ao largo da institucionalização da pesquisa e ensino universitário no Brasil que estava acontecendo nesse momento, postura distinta do seu interlocutor Josué de Castro, que lecionou em diferentes universidades. Dessa forma, Castro representa uma boa parcela do grupo intelectual que foi buscar amparo institucional no aparelho estatal que estava em franco desenvolvimento, sejam pelas instituições de ensino, sejam pelos cargos na burocracia.

Na carta de 19 de setembro de 1937, Câmara Cascudo anuncia o início do seu trabalho sobre alimentação (1937c):

Vou catar os tabús alimentícios e mandarei os resultados da caçada. Eu até pensara em escrever um artigo sobre a COSINHA BRASILEIRA, dando as



linhas gerais da alimentação pelas regiões, extremo norte, nordeste, Rio, S. Paulo - Minas, centro e sul, características, pratos velhos, etc. Apenas um artigo de informação de bloco. Mas estou preguiçando e nem sei que a coisa nascerá. Em qualquer caso as notas são suas, meu doutor, avisando-me que as quer.

O interesse pelos tabus alimentares vinha da pesquisa que Castro estava fazendo para o que seria o livro *Fisiologia dos tabus*, lançado ainda em 1937 e que tentava mapear, a partir da psicanálise freudiana, alguns tabus alimentares nacionais. Também é digno de nota que a ideia inicial de um trabalho sobre alimentação de Cascudo tenha surgido a partir de recortes regionais, algo que, mais tarde, ele vai abandonar para escrever a história da alimentação no Brasil a partir das três matrizes - indígena, africana e portuguesa. Muitos dos estudiosos sobre a obra de Cascudo atribuem essa mudança de perspectiva à proximidade que ele adquiriu com o modernista Mário de Andrade, adotando, também, um olhar nacionalizante para a cultura (POULAIN, 2012, p. 230). Como resposta a essa carta, temos a primeira missiva de Josué de Castro entre todas que tivemos acesso, sabendo pelo conteúdo das anteriores que outras cartas se perderam. Em de 30 de outubro de 1937, Castro escreveu (1937):

Sobre o assunto da alimentação, já que você tem tanto material e tanto gosto pela coisa e já pensou mesmo em escrever um ensaio, em lugar de lhe roubar de vez suas notas, eu lhe proporia, se não fosse exigir ainda mais e mais absurdamente, que fizéssemos um estudo em colaboração. Com meditações suas e estragados comentários meus de biologia e de etnologia... Si aceita, combinaremos com vagar como fazemos as coisas. [Nota feita a caneta] O estudo poderia se chamar 'Pequena história da cosinha brasileira'.

Apreende-se que Josué de Castro teria feito o convite a Câmara Cascudo. O direcionamento acadêmico de Castro está presente quando ele diz que pretendia ficar encarregado dos comentários de “biologia e etnologia” - duas ciências que estavam crescendo dentro do campo intelectual formal e para Cascudo ficariam as “meditações” sobre a cozinha brasileira - sem nenhuma menção sobre quais métodos ou área de estudo seriam utilizados para a contribuição de Cascudo.

A ideia sobre escrever um livro juntos parece ter se desenvolvido em cartas que, infelizmente, não estão nos acervos. Na que data de 19 de dezembro de 1937 Cascudo escreve a Castro (1937d):

Seu esquema é ótimo e eu o adoto com todas as letras. Digo por que. Os títulos servirão para capítulos gerais e os detalhes serão divididos em seções, na forma abecedária. Assim, salvo melhor juízo ou véto de sua



parte, separamos a coisa na lei de Salomão. Metade para lá e metade para cá. Dos seis capítulos você fará os: - A cozinha na história de um povo seu valor como traço de cultura. (2) Análise biológica da cozinha brasileira e (3), optará entre formação da cozinha brasileira e sua evolução e as influências culturais - branca, negra e índia. Estes temas pedem bibliografia, especialmente o primeiro e o segundo desta lista, que eu não disponho, etc. pour cause...

Ainda não sabemos quais capítulos ficaram sob a responsabilidade de Câmara Cascudo. Mas podemos notar que ele não se julgava apto para falar, principalmente, sobre a análise biológica da cozinha brasileira e o valor cultural da cozinha de um povo. Sobre o primeiro item, é simples entender o motivo: Castro já havia se consagrado como figura de destaque nos estudos fisiológicos, então seria ele o responsável por aplicar esse conhecimento no trabalho a quatro mãos. Mas os outros temas estão amplamente cobertos no que se tornaria *História da Alimentação no Brasil*, em especial o último item.

Supondo que Cascudo ainda desejasse explorar os hábitos alimentares a partir do recorte regional como mencionara naquela carta de 19 de setembro de 1937, ele provavelmente deve ter ficado com essa parte do trabalho. Mas, quando as obras de ambos os autores são publicadas - *Geografia da Fome* por Castro e *História da Alimentação no Brasil* por Cascudo, a lógica se inverte. Castro abordou o tema da fome a partir do recorte regional que não lhe fora designado na carta. Essa perspectiva adotada está relacionada, entre outros motivos, com a influência que recebera da geografia proposta por autores como o francês Vidal de Blache, para quem a realidade precisava ser analisada dentro da interação entre homem e meio. Já Cascudo adotou uma abordagem nacionalista, proposta principalmente pela corrente modernista da qual se aproximou, mesmo tendo permanecido longe fisicamente.

Ainda na carta de 19 de dezembro (1937d), Cascudo também falou de uma visita ao Rio de Janeiro, na qual aproveitaria para conversar com Castro. A próxima correspondência que se encontra no acervo do Instituto Câmara Cascudo data de 19 de abril de 1939, na qual avisa sobre uma visita que Castro faria a Cascudo. A lápis, Câmara Cascudo escreveu que esta visita ocorreu em 23 de agosto de 1939 entre 09 e 16 horas.

O conteúdo desses encontros não é conhecido, mas sabemos que os dois não prosseguiram com a ideia de escrever o livro juntos. O motivo pelo qual isso aconteceu e quando foi não estão registrados. A seguinte carta desse mesmo acervo data de 07 de janeiro de 1947, 8 anos após a anterior. Castro já havia lançado sua grande obra em 1946, *Geografia da Fome*, marcando aqui sua distinta posição em relação a Cascudo e ao pensamento de que a



miscigenação seria a grande explicação para o Brasil. Para Castro, eram as ausências e mazelas da população carente que provocavam o atraso brasileiro em relação a nações como os Estados Unidos e países da Europa Ocidental. Era preciso entender quais eram as carências a partir do cruzamento da paisagem geográfica do local mais a interação humana. Com essa proposta, Castro apresenta cinco regiões que teriam fenômenos diferente de fome: área amazônica, área do nordeste açucareiro, área do sertão do nordeste, área do centro-oeste e área do extremo sul. Tais áreas se tornam os capítulos dos livros, notando-se, portanto, que a perspectiva regionalista se tornou elemento central para a abordagem de Castro. O livro fez um imenso sucesso, nacional e internacionalmente, alçando-o ao posto de profeta da fome. Na missiva, Castro escreve (1947):

A ‘Geografia da Fome’ continua fazendo o seu furorsinho literário, me dando lisonjeiros empurrõezinhos para prosseguir com os outros volumes, vou por mãos à obra. Juro que não contei a ninguém aquela inflamada conversa sobre o livro ainda no forno, e por isso não entendo como Alceu Marinho Rego lhe roubou a prioridade de algumas de suas afirmações daquela noite, num artigo que acaba de publicar. Mando-lhe cópia do mesmo a título de curiosidade. E, devo confessar, que não gostei do roubo, gostei do artigo. É uma boa compreensão, não digo do que fiz, mas do que pretendo fazer.

Segundo o jornal carioca *Diário da Noite* de 8 de setembro de 1948, o artigo no qual Josué de Castro se refere na carta é uma crítica ao seu livro, *Geografia da Fome*, feita por Alceu Marinho Rego logo que foi lançado. O crítico afirma, segundo o jornal, que este entrará para as mais importantes obras nacionais que terão sucesso no exterior. Já em 1948 o periódico diz que a obra “foi considerada nos Estados Unidos, um dos mais importantes estudos socialógicos desde ‘O capital’, de Karl Marx” (1948). Os outros volumes não vieram como o desejado, mas a extensão desse trabalho derivaria no *Geopolítica da fome*, livro lançado em 1951 e que apresentava um panorama mundial do drama da fome.

Sabemos que em 1946, quando a grande obra de Josué de Castro foi lançada, os dois autores já haviam decidido seguir com seus projetos separados. Câmara Cascudo só publicou seu livro sobre a alimentação do Brasil em 1967, quase vinte anos depois. Na publicação em questão, ele manteve seu método de fala como um nativo, ou poderíamos dizer, na primeira pessoa do plural. Sendo participante da cultura da qual estuda, Cascudo não se privou de usar sua própria história para a composição da narrativa, por isso traz nela, também, relatos de sua vivência. Da mesma forma que, longe das amarras metodológicas acadêmicas, construiu uma



análise da realidade a partir de inúmeras fontes: cartas trocadas com personagens africanos, relatos de viajantes coloniais, estudos contemporâneos à sua produção. É justamente essa bricolagem que traz a sua singularidade - um pesquisador que analisa seu próprio espaço a partir dos seus métodos.

Apesar das críticas ao método, a obra ainda é usada como uma das principais fontes para quem estuda a alimentação no Brasil por sua abrangência e detalhamento da pesquisa. Mais tarde, Cascudo ainda publicou duas obras relacionadas ao tema: *Prelúdio da Cachaça* (1968) e *Antologia da alimentação no Brasil* (1977).

Entre os dois autores havia uma discussão importante que simboliza como os movimentos aos quais estavam ligados olhavam para a questão alimentar. Cascudo estava preocupado com a escolha, portanto, as escolhas que eram feitas pela população brasileira para a ingestão de alimentos e a historicidade que carregavam tal seleção. Para ele, era preciso dar a devida importância ao imperativo do paladar em relação à racionalidade alimentar. Por isso, Cascudo acreditava que as políticas públicas de direcionamento propostas em larga escala naquele período, principalmente por médicos, seriam ineficientes pois eram as práticas culturais - que formam e moldam os hábitos cotidianos - as responsáveis pela determinação do que uma sociedade considera como alimento, suas formas de preparo, suas preparações finais e o modo como esse alimento é consumido.

Josué de Castro estava mais preocupado com a fome, os carecentes e as políticas de melhoria da alimentação em uma abordagem racional. Dessa forma, em uma observação inicial, poderíamos entender fome e paladar - enquanto categorias analíticas do alimento, ou seja, ferramentas que os autores lançam mão para pensar determinado objeto - como diametralmente opostas. E, se de fato são distintas, elas também carregam uma complexidade maior nessa relação que não as colocam como simplesmente opostas, como pode-se notar no livro *Geografia da fome*. Nele, assim como uma parte significativa do pensamento nutricional que se formou a partir da década de 1930, os hábitos tradicionais da população eram levados em consideração tanto nas análises de seu comportamento alimentar quanto nas propostas para racionalizar e otimizar essa alimentação. Tal entendimento se deu a partir do diálogo com sociólogos, antropólogos ou pesquisadores que estavam vinculados às Ciências Sociais, tanto nacionais, como Roquette-Pinto, como estrangeiros, principalmente geógrafos como Pierre Deffontaines.





No caso de Josué de Castro, podemos notar esse movimento quando ele propõe o citado estudo sobre a condição de vida da população do Recife em 1934, influenciado em grande medida pelo médico argentino Pedro Escudero, que havia criticado os médicos fisiologistas que ficavam apenas no consultório e não saíam para observar os hábitos do coletivo. O olhar para os problemas alimentares coletivos do Brasil está consolidado em *Geografia da Fome*. Para cada região que ele divide o livro, Castro também atribuiu alimentos centrais para a dieta daquela população. Por exemplo, para os sertanejos, milho, feijão, carne e rapadura eram os alimentos essenciais. Qualquer medida de mudança dessa dieta deveria estar pautada nos hábitos tradicionais a partir dessa base alimentar.

As cartas trocadas e o diálogo travado entre os autores, inclusive com uma proposta de um livro conjunto que não aconteceu, mostram que as bases epistemológicas, mesmo que distintas, não eram diametralmente opostas e sem nenhuma comunicação. Ao contrário, revelam que as ciências nascentes, ainda não consolidadas como se encontram hoje, engendravam trocas de ideias e projetos conjuntos. Apesar disso, podemos notar algumas diferenças que estão inseridas na discussão entre Cascudo e Castro. Em primeiro lugar, a institucionalização dos campos de análise. Apesar de ser considerado hoje como um dos precursores da etnografia histórica, Cascudo não era considerado assim na época. Ele não era visto como antropólogo ou sociólogo e ficou conhecido como folclorista. Precursor do movimento folclórico, a sua não filiação a uma universidade é um sintoma da dificuldade que esse campo encontrou de ser validado como acadêmico. O movimento folclórico, importante para o que conhecemos hoje sobre a cultura popular, foi ter sua inserção na academia apenas recentemente. Não apenas por isso, mas também, Cascudo fez sua produção desvinculado das universidades. Ao contrário dele, Castro começa a lecionar Fisiologia no Recife aos 24 anos e mantém diferentes vínculos acadêmicos no resto da vida - Universidade do Distrito Federal, Universidade do Brasil e Universidade de Vincennes, na França, quando é exilado em 1964 pelo golpe civil-militar. Lecionou Antropologia, Geografia Humana e Nutrição.

Outro elemento distintivo entre as duas produções era seu objetivo. Cascudo pretendia “mostrar a Antiguidade de certas predileções alimentares que os séculos fizeram hábitos, explicáveis como uma norma de uso e um respeito de herança dos mantimentos da tradição” (2011, p. 14). Dito de outro modo, Cascudo estava preocupado com escolhas enquanto Castro estava preocupado com a ausência dela. Para ele, a fome era a manifestação biológica de um



problema social. Portanto, não era o indivíduo que não sabia comer, ele não tinha acesso ao alimento porque o sistema no qual estava inserido promovia a fome. Era necessário identificar essas carências e tratar do problema na esfera política e pública, postura que Castro manteve até o fim da vida, quando morreu em Paris, ainda exilado, em 1973.

Contudo, acima das diferentes perspectivas de análise, ambos os autores faziam parte de um movimento maior que teve muita importância na primeira metade do século XX - trabalhos que queriam, em certa medida, entender o que era o Brasil. Se durante o século XIX o discurso do Brasil edênico que era habitado por três raças que precisavam se miscigenar para embranquecer predominava, no século XX, principalmente a partir dos anos 1920, ele muda. Os grupos começam a dar diferentes respostas para o que era Brasil. Entre eles estava Câmara Cascudo, que entendia esse país como uma miscigenação entre índios, negros e portugueses e que, assim como Gilberto Freyre, minimizou os conflitos que permitiram essa colonização. Em outro grupo estava Josué de Castro, que preferia responder a essa pergunta evidenciando os motivos pelos quais se falava que a população brasileira era preguiçosa e não produzia - mal de fome e não de raça, ele iria dizer. Castro, assim como seu grupo, não ignorava o paladar, mas dá uma saída racional para os problemas alimentares - a racionalização da alimentação. Esse segundo grupo era formado não apenas por médicos com o olhar para o social, como Castro, mas também por antropólogos como Roquette-Pinto ou literatos como José Américo de Almeida, Graciliano Ramos e Rachel de Queiroz.

A construção do pensamento de um autor não é linear e nem estagnada, ela recebe múltiplas influências e se insere em diferentes diálogos. Mesmo que não tenham seguido com a ideia de escrever o livro em conjunto, a conversa travada entre os dois ao longo dos anos explícita que os pontos de vista eram articulados em diferentes estâncias: entre eles, com outros interlocutores e com seu tempo. Assim, a linguagem no campo da alimentação, apesar de mostrar as diferentes áreas do pensamento que estavam em formação naquela época, também revelam o desejo comum de entender os hábitos alimentares na sociedade brasileira.

## Referências

AZEVEDO, Carmen Lucia de. **Jeca Tatu, Macunaíma, a preguiça e a brasilidade**. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.



BARROS, Maria Sylvia Carvalho; TARTAGLIA, José Carlos. A política de alimentação e nutrição no Brasil: breve histórico, avaliação e perspectivas. **Alimentos e Nutrição**, Araraquara, vol. 14, no 1, 2003. pp. 109-121.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas** (Org. Sergio Miceli). São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 207.

CASCUDO, Luís da. **História da Alimentação no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Global, 2011.

\_\_\_\_\_. **Vaqueiros e Cantadores**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1984.

\_\_\_\_\_. [Carta] 01 de setembro de 1937a [para] Josué de Castro. Rio de Janeiro. Fundação Joaquim Nabuco, acervo Josué de Castro, pasta 85.

\_\_\_\_\_. [Carta] 02 de setembro de 1937b [para] Josué de Castro. Rio de Janeiro. Fundação Joaquim Nabuco, acervo Josué de Castro, pasta 85.

\_\_\_\_\_. [Carta] 19 de dezembro de 1937c [para] Josué de Castro. Rio de Janeiro. Fundação Joaquim Nabuco, acervo Josué de Castro, pasta 85.

\_\_\_\_\_. [Carta] 19 de dezembro de 1937d [para] Josué de Castro. Rio de Janeiro. Fundação Joaquim Nabuco, acervo Josué de Castro, pasta 85.

CASTRO, Josué de. **O Problema da Alimentação no Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1939.

\_\_\_\_\_. **As condições de vida das classes operárias do Recife**: estudo econômico de sua alimentação. Rio de Janeiro: Departamento de Estatística e Publicidade (Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio), 1935a.

\_\_\_\_\_. **Alimentação e Raça**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935b.

\_\_\_\_\_. **Geografia da fome**, 8 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968.

\_\_\_\_\_. [Carta] 30 de outubro de 1937 [para] Luís da Câmara Cascudo. Rio de Janeiro. Instituto Câmara Cascudo.

\_\_\_\_\_. [Carta] 07 de janeiro de 1947 [para] Luís da Câmara Cascudo. Rio de Janeiro. Instituto Câmara Cascudo.

DORIA, Carlos Alberto. **Formação da culinária brasileira**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

ELIAS, Norbert. Scientific establishments. In: ELIAS, Norbert; MARTINS, Erminio; WHITLEY, Richard D. (Orgs.) **Scientific Establishments and Hierarquies**. Dordrecht: D. Rieder, 1982. pp. 3-69.

Extraordinária repercussão, no estrangeiro, de um livro brasileiro. **Jornal Diário da Noite**, 08 de setembro de 1948. Ano 1948, Edição 04749. Disponível



em:<[http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=221961\\_02&pagfis=46407&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#](http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=221961_02&pagfis=46407&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#)> Acesso em 18/08/2016.

FREYRE, Gilberto. **Manifesto regionalista**. 7.ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996.

\_\_\_\_\_. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

GEARY, Patrick J. **O mito das nações: a invenção do nacionalismo**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

GOMES, Angela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GONÇALVES, José Reginaldo Campos. A fome e o paladar: a antropologia nativa de Luís da Câmara Cascudo. **Estudos Históricos**, 2004-33. pp. 40-55.

LIMA, Eronides da Silva. **Mal de fome e não de raça: gênese, constituição e ação política da educação alimentar: Brasil 1934-1946**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

LINHARES, Maria Yedda. **do abastecimento: uma problemática em questão**  
- Brasília: Binagri, 1979.

LISBOA, João Francisco. **Obras**. São Luiz do Maranhão: Typ. de B. de Mattos, 4 vols, 1865. Vol II, p. 191.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, A. Porto de. **Evolução dos estudos alimentares no Brasil**. Rio de Janeiro: [s.e.], 1950.

PONTES, Heloisa. Retratos do Brasil: um estudo dos editores, das editoras e das “Coleções Brasileiras” nas décadas de 1930-1940 e 50. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais** n. 26: 56-89, 1998.

POULAIN, Jean-Pierre (org.). **Dictionnaire des cultures alimentaires**. Paris: Presses Universitaires de France, 2012.

ROC A ITA, Sebastião da. **ria**

**o de mil e setecentos e vinte e quatro**. Lisboa:

Officina de osep Ant nio da Silva, 1730.

RODRIGUES, Jaime. **Alimentação, vida material e privacidade: uma história social dos trabalhadores em São Paulo nas décadas de 1920 a 1960**. São Paulo: Alameda, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. Complexo de Zé Carioca. Notas sobre uma identidade mestiça e malandra. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 29, 1995. pp. 43-69.



SILVA, Paula Pinto e. **Farinha, feijão e carne-seca.** Um tripé culinário no Brasil colonial. São Paulo: Editora Senac, 2005.

SPRANDEL, Marcia Anita. **A pobreza no paraíso tropical:** interpretações e discursos sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.